

Técnicas para elaboração de projetos e escrita acadêmica no campo das artes

MARCO ANTÔNIO CRISPIM MACHADO





Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

SUMÁRIO

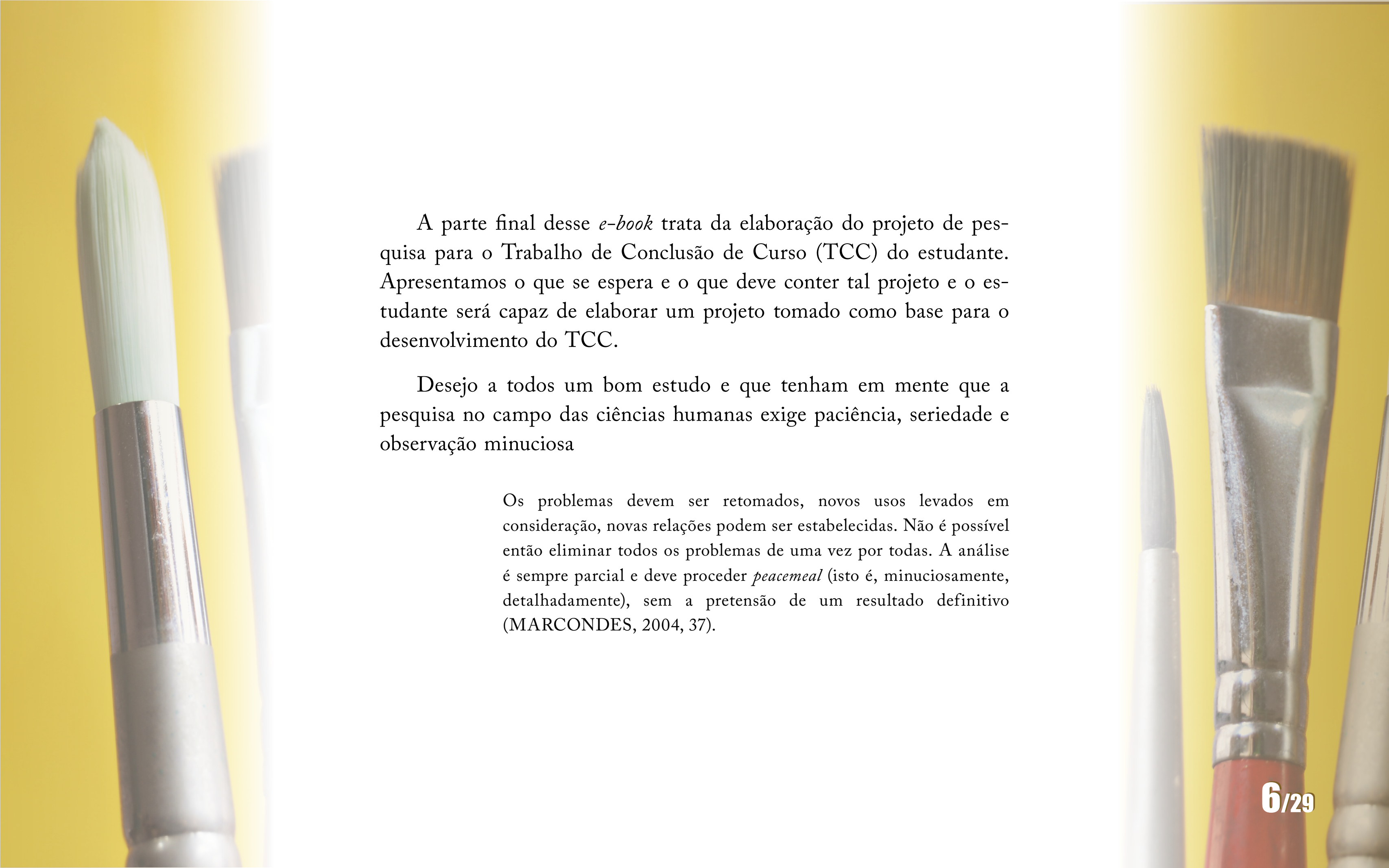


Apresentação

Esse livro de apoio, elaborado junto à UAB-UNICENTRO, objetiva acompanhar o desenvolvimento da disciplina *Pesquisa em Artes II*. Aqui, os estudantes já estão na segunda fase de aprimoramento na pesquisa no campo artístico e, portanto, fazem elaborações mais consistentes apontando para o Trabalho de Conclusão de Curso. Com isso, o livro foca em três práticas essenciais para o pesquisador-artista: projetos artísticos, artigos científicos e projetos de pesquisa.

Em primeiro lugar tratamos da elaboração de projetos artísticos que, normalmente, visam alcançar financiamento por meio de leis de fomento e que podem ser contemplados mediante inscrição em editais públicos. A idealização e construção de tais projetos exigem do autor pesquisa rigorosa e uma prática com clareza meridiana que necessariamente o auxilia enquanto pesquisador.

No segundo momento abordamos a produção de artigo científico propriamente. Colocamos as questões formais e normativas, elencamos os conteúdos e modos de expressão contemplados em um artigo para a devida aplicação das ferramentas já estudadas anteriormente. O estudante, então será capaz de elaborar um artigo completo, a partir de seu campo de pesquisa.

The background of the page features a collection of brushes and pens. On the left, there is a large, light-colored brush with a silver ferrule. In the center, a white pen is visible. On the right, there is a large, dark brush with a silver ferrule and a red handle, and a smaller, dark brush with a silver ferrule. The background is a solid yellow color.

A parte final desse *e-book* trata da elaboração do projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante. Apresentamos o que se espera e o que deve conter tal projeto e o estudante será capaz de elaborar um projeto tomado como base para o desenvolvimento do TCC.

Desejo a todos um bom estudo e que tenham em mente que a pesquisa no campo das ciências humanas exige paciência, seriedade e observação minuciosa

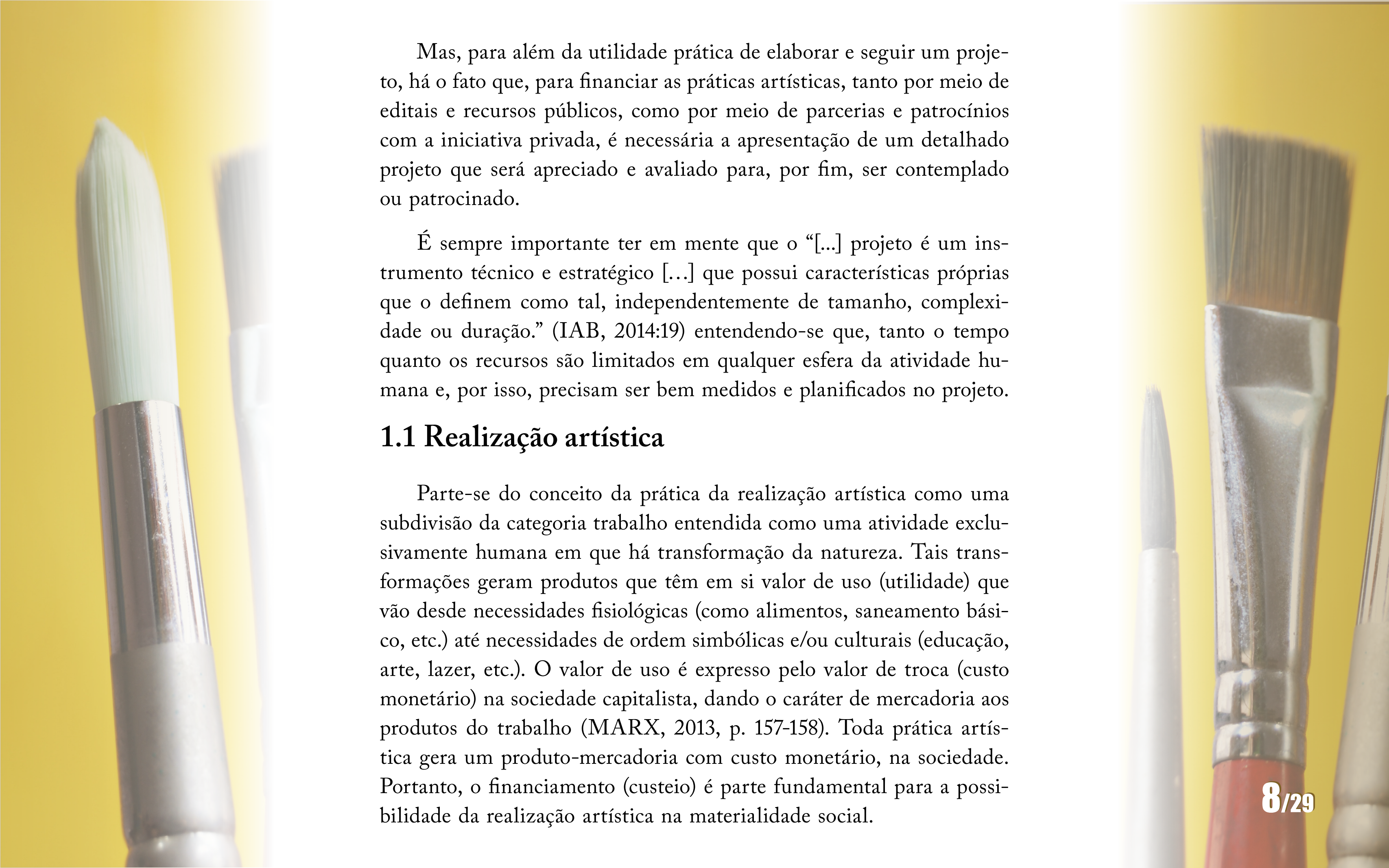
Os problemas devem ser retomados, novos usos levados em consideração, novas relações podem ser estabelecidas. Não é possível então eliminar todos os problemas de uma vez por todas. A análise é sempre parcial e deve proceder *peacemeal* (isto é, minuciosamente, detalhadamente), sem a pretensão de um resultado definitivo (MARCONDES, 2004, 37).

1. Projeto Artístico

Todo artista prático percebe, logo que começa a desenvolver atividades, que determinados anseios criativos exigem intenso esforço e planejamento. Montar um espetáculo de teatro ou dança, fazer circular uma série de concertos, organizar um festival ou gravar, finalizar e circular um filme requer a atividade profissional de dezenas de artistas, planejamento financeiro detalhado, prazos e cronogramas claros e definidos, além de planos de divulgação e publicação dos eventos. Nada disso é possível sem seguir à risca um detalhado projeto de realização artística.

Projetos Culturais, por onde começar?

De modo geral, o simples fato de aprender a elaborar um detalhado projeto artístico já é grande ajuda para as ambições criativas de determinado artista ou grupo cultural. O projeto torna claras as demandas reais e as dificuldades encontradas no percurso. Projetar é, então, um exercício de previsão e de expectativas que respondem à perguntas como: o que será realizado? Por que é importante que se realize? Como será realizado? Quanto custará essa realização? Quando aconteceram as realizações? Quem desempenhará cada uma dessas atividades?

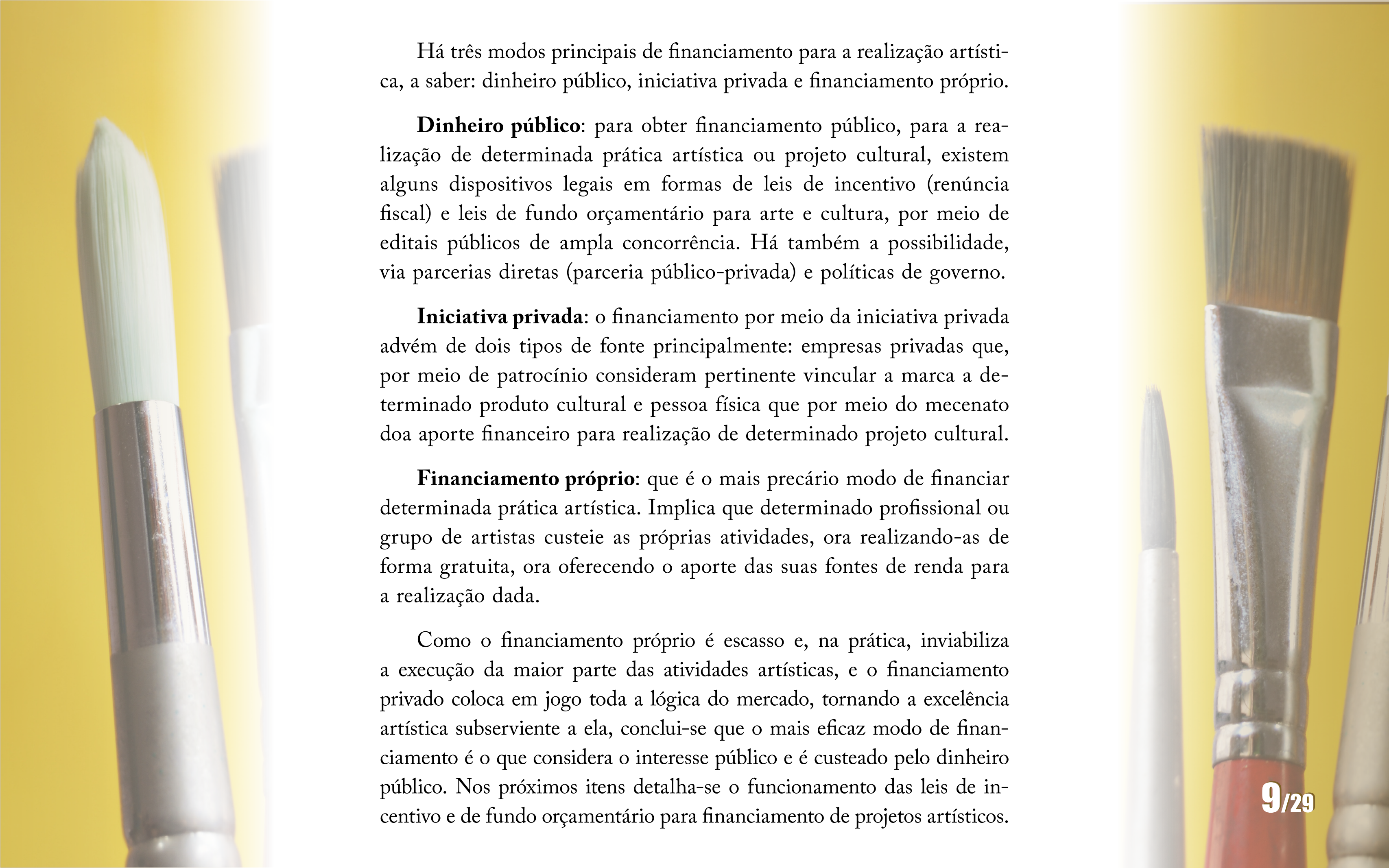


Mas, para além da utilidade prática de elaborar e seguir um projeto, há o fato que, para financiar as práticas artísticas, tanto por meio de editais e recursos públicos, como por meio de parcerias e patrocínios com a iniciativa privada, é necessária a apresentação de um detalhado projeto que será apreciado e avaliado para, por fim, ser contemplado ou patrocinado.

É sempre importante ter em mente que o “[...] projeto é um instrumento técnico e estratégico [...] que possui características próprias que o definem como tal, independentemente de tamanho, complexidade ou duração.” (IAB, 2014:19) entendendo-se que, tanto o tempo quanto os recursos são limitados em qualquer esfera da atividade humana e, por isso, precisam ser bem medidos e planejados no projeto.

1.1 Realização artística

Parte-se do conceito da prática da realização artística como uma subdivisão da categoria trabalho entendida como uma atividade exclusivamente humana em que há transformação da natureza. Tais transformações geram produtos que têm em si valor de uso (utilidade) que vão desde necessidades fisiológicas (como alimentos, saneamento básico, etc.) até necessidades de ordem simbólicas e/ou culturais (educação, arte, lazer, etc.). O valor de uso é expresso pelo valor de troca (custo monetário) na sociedade capitalista, dando o caráter de mercadoria aos produtos do trabalho (MARX, 2013, p. 157-158). Toda prática artística gera um produto-mercadoria com custo monetário, na sociedade. Portanto, o financiamento (custeio) é parte fundamental para a possibilidade da realização artística na materialidade social.



Há três modos principais de financiamento para a realização artística, a saber: dinheiro público, iniciativa privada e financiamento próprio.

Dinheiro público: para obter financiamento público, para a realização de determinada prática artística ou projeto cultural, existem alguns dispositivos legais em formas de leis de incentivo (renúncia fiscal) e leis de fundo orçamentário para arte e cultura, por meio de editais públicos de ampla concorrência. Há também a possibilidade, via parcerias diretas (parceria público-privada) e políticas de governo.

Iniciativa privada: o financiamento por meio da iniciativa privada advém de dois tipos de fonte principalmente: empresas privadas que, por meio de patrocínio consideram pertinente vincular a marca a determinado produto cultural e pessoa física que por meio do mecenato doa aporte financeiro para realização de determinado projeto cultural.

Financiamento próprio: que é o mais precário modo de financiar determinada prática artística. Implica que determinado profissional ou grupo de artistas custeie as próprias atividades, ora realizando-as de forma gratuita, ora oferecendo o aporte das suas fontes de renda para a realização dada.

Como o financiamento próprio é escasso e, na prática, inviabiliza a execução da maior parte das atividades artísticas, e o financiamento privado coloca em jogo toda a lógica do mercado, tornando a excelência artística subserviente a ela, conclui-se que o mais eficaz modo de financiamento é o que considera o interesse público e é custeado pelo dinheiro público. Nos próximos itens detalha-se o funcionamento das leis de incentivo e de fundo orçamentário para financiamento de projetos artísticos.

1.2 Leis de incentivo

As leis de incentivo fiscal para a promoção da arte e da cultura no Brasil têm início a partir do ano de 1991, com a conhecida Lei Rouanet.

Lei n. 8.813, de 23 de dezembro de 1991

A lei estabelece a possibilidade de renúncia fiscal de parte do imposto devido por pessoa jurídica ou pessoa física para ser destinado ao financiamento de determinado projeto artístico-cultural. Esse percentual abatido do imposto é de até 4% para pessoas jurídicas e de até 6% para pessoas físicas.

Por exemplo: uma determinada empresa deve de imposto de renda, ao governo federal, a importância de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). 4% desse montante corresponde a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Assim, até esse valor, a empresa pode repassar para algum projeto artístico-cultural devidamente aprovado, abatendo da alíquota de imposto devido.

Um projeto, para pleitear essa verba para custeio é devidamente analisado e aprovado. Para isso o artista/produtor (pessoa física) ou coletivo/cooperativa/companhia (pessoa jurídica) se inscreve como proponente no sistema *Salic/Web* da Secretaria Especial da Cultura. Nesse mesmo sistema o projeto é inscrito, redigido e detalhado. Avaliadores são selecionados para apreciar o projeto. Em um prazo definido, o projeto é aprovado, aprovado com sugestões para correção, ou reprovado.

Apresentação de propostas culturais e acompanhamento de projetos via Web

Somente após a aprovação de determinado projeto é que o proponente recebe a autorização para fazer a captação dos recursos junto às empresas privadas que têm interesse em participar dessas parcerias. As empresas que custeia projetos, além de abater os valores do imposto devido, vinculam suas marcas aos produtos dos projetos (*folders*, promoções, encartes de CDs, capas dos livros, etc.).

A partir da promulgação da Lei n. 8.813, de 23 de dezembro de 1991, outras leis de incentivo fiscal desdobraram-se, em níveis estaduais e municipais, pelo território nacional. Em nível estadual as unidades da federação criaram leis baseadas, sobretudo, no principal imposto estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). E em nível municipal leis baseadas em impostos devidos aos municípios, como o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

1.3 Leis de Fundo

As leis de fundo orçamentário para o fomento da arte e da cultura, no Brasil, iniciam com a promulgação da lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010, com a instituição do *Plano Nacional de Cultura* (PNC) e, com ele, o *Fundo Nacional de Cultura* (FNC).

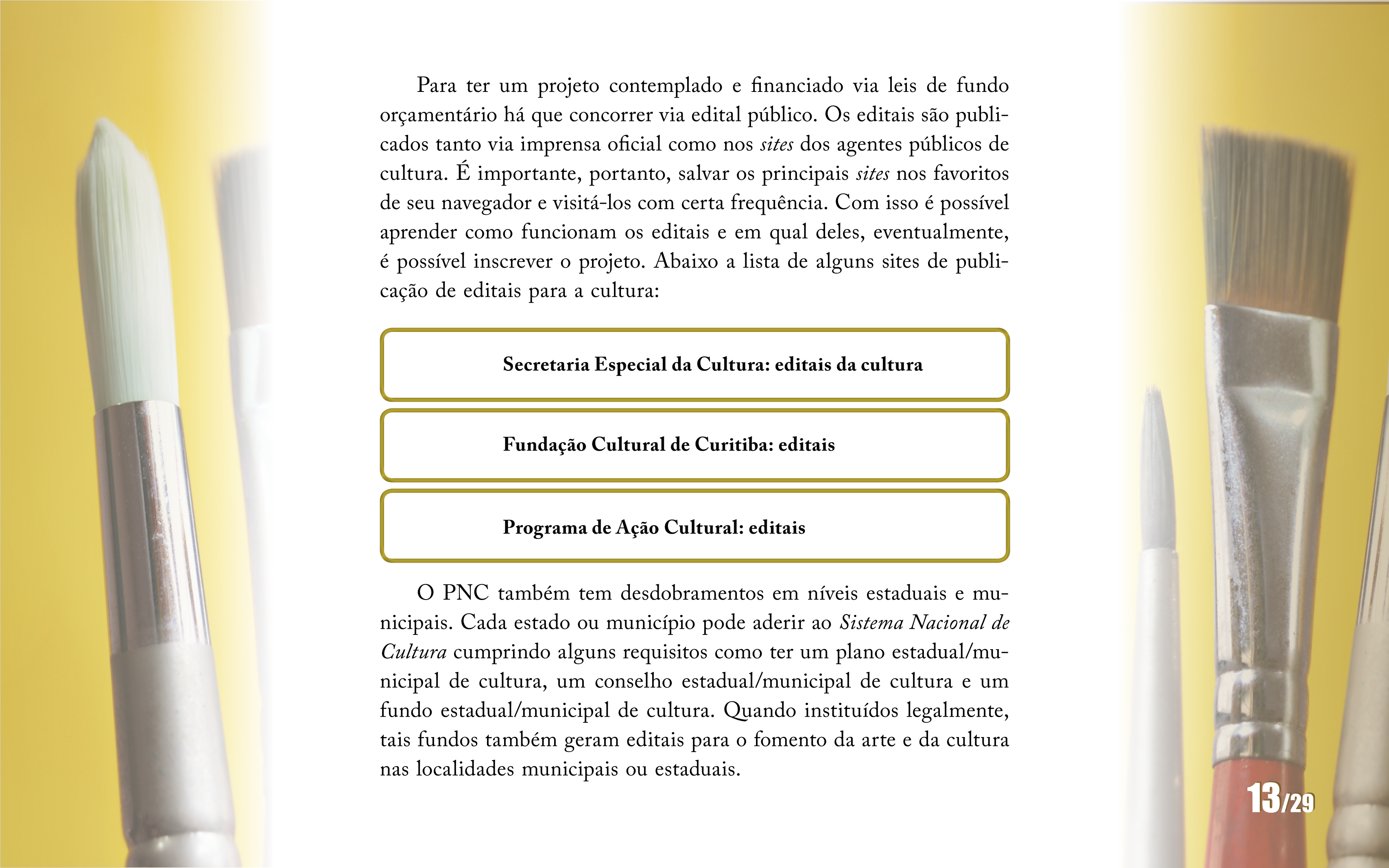


Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010

Em vez de trabalhar com recursos oriundos da renúncia fiscal, o FNC é atrelado ao orçamento da União. A cada ano, uma parte do orçamento federal é destinado diretamente ao FNC e esses recursos são administrados pelo Ministério da Cultura (atual Secretaria Especial da Cultura) por meio da elaboração, premiação e acompanhamento, via editais públicos, de livre concorrência. Atualmente, os recursos destinados ao FNC são um pouco superiores a um bilhão de reais por ano, aproximadamente 0,3% do orçamento federal (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2019).

Por se tratar de uma lei de orçamento direto ela é mais atrativa aos produtores culturais e artistas em geral, ao elaborar um projeto e enviar para concorrência em um edital e, em seguida, ser avaliado positivamente e, contemplado, imediatamente o artista ou coletivo artístico já recebe a importância em conta bancária para a execução do projeto.

O que é o Sistema Nacional de Cultura?



Para ter um projeto contemplado e financiado via leis de fundo orçamentário há que concorrer via edital público. Os editais são publicados tanto via imprensa oficial como nos *sites* dos agentes públicos de cultura. É importante, portanto, salvar os principais *sites* nos favoritos de seu navegador e visitá-los com certa frequência. Com isso é possível aprender como funcionam os editais e em qual deles, eventualmente, é possível inscrever o projeto. Abaixo a lista de alguns sites de publicação de editais para a cultura:

Secretaria Especial da Cultura: editais da cultura

Fundação Cultural de Curitiba: editais

Programa de Ação Cultural: editais

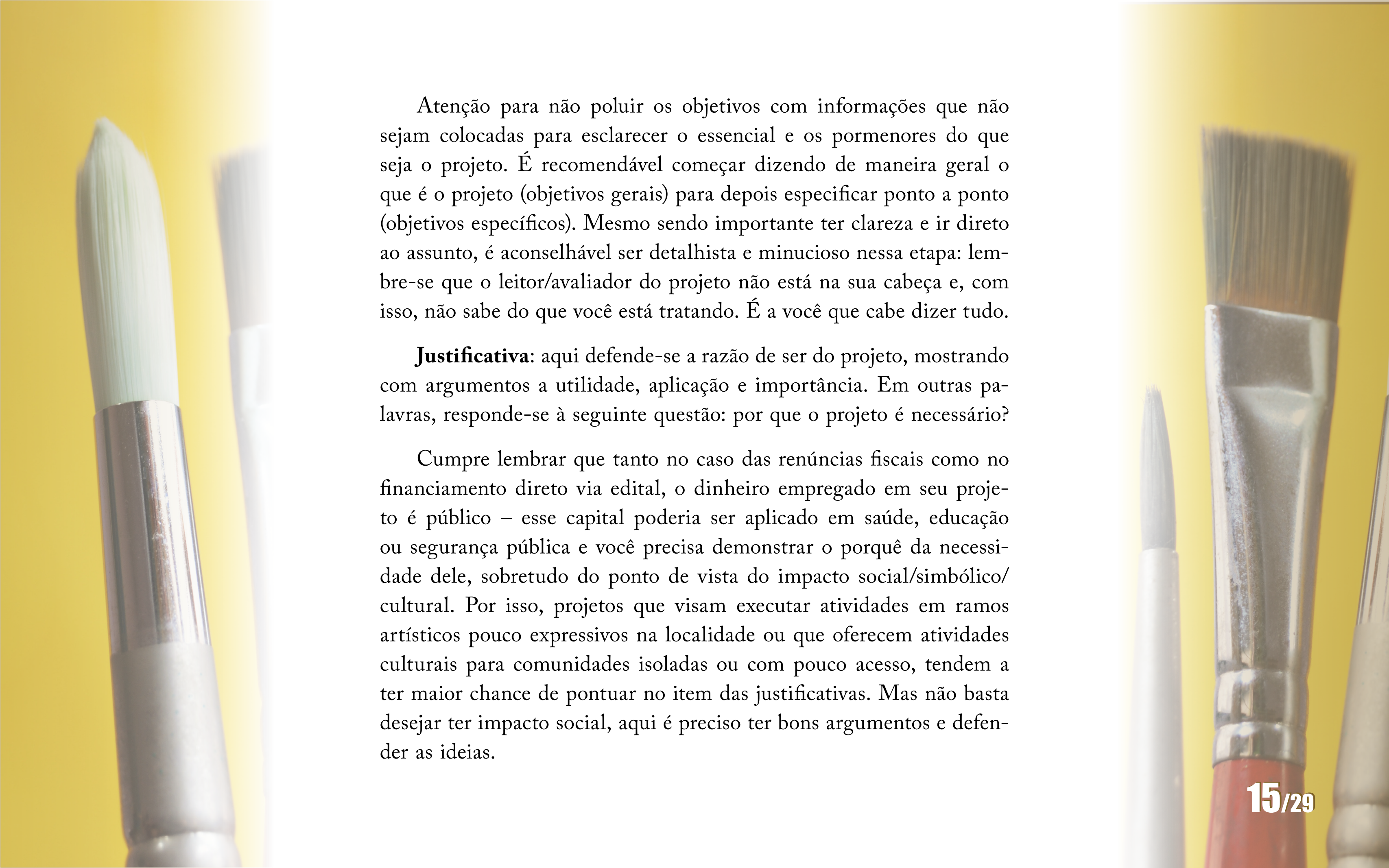
O PNC também tem desdobramentos em níveis estaduais e municipais. Cada estado ou município pode aderir ao *Sistema Nacional de Cultura* cumprindo alguns requisitos como ter um plano estadual/municipal de cultura, um conselho estadual/municipal de cultura e um fundo estadual/municipal de cultura. Quando instituídos legalmente, tais fundos também geram editais para o fomento da arte e da cultura nas localidades municipais ou estaduais.

1.4 Elaboração de projeto artístico

O projeto artístico-cultural a ser inscrito tanto para aprovação via leis de incentivo como para concorrência via leis de fundo requer, normalmente, os seguintes itens na elaboração: título, objetivos, justificativa, contrapartida, orçamento e cronograma.

Título: claro e simples, explicitando da maneira mais resumida possível o que de fato o projeto propõe. Importante lembrar que é título do projeto e não título do objeto artístico em si. Assim, se um projeto visa criar, escrever, montar e circular uma peça de teatro que não existe ainda, não há preocupação em colocar no título do projeto o mesmo título que será o da peça, embora, nesse caso, seja importante já haver um argumento ou mote principal da peça em questão e o título do projeto pode estar associado ao assunto escolhido. Diferentemente de quando se nomeia uma obra artística em que o ocultamento e a ambiguidade são bem-vindos, ao dar título a um projeto artístico, revela-se e explicita-se o planejado.

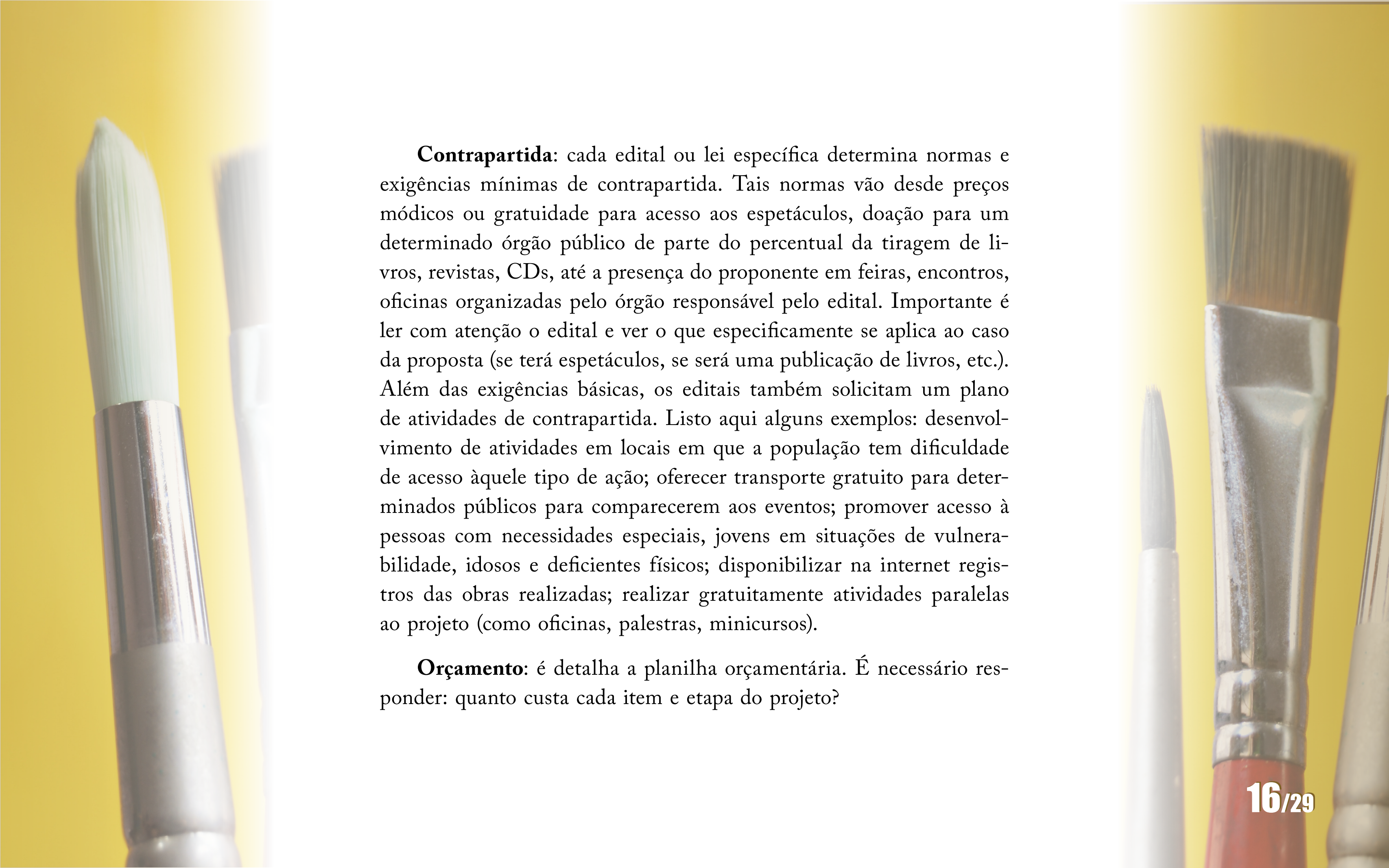
Objetivos: nesse item é necessário dizer o que o projeto trata. Em outras palavras é preciso responder à seguinte questão: o que é o projeto?

The background of the page features a collection of various brushes and pens, including a large white brush on the left, a smaller white brush in the center, and a red-handled brush on the right. The items are set against a bright yellow background.

Atenção para não poluir os objetivos com informações que não sejam colocadas para esclarecer o essencial e os pormenores do que seja o projeto. É recomendável começar dizendo de maneira geral o que é o projeto (objetivos gerais) para depois especificar ponto a ponto (objetivos específicos). Mesmo sendo importante ter clareza e ir direto ao assunto, é aconselhável ser detalhista e minucioso nessa etapa: lembre-se que o leitor/avaliador do projeto não está na sua cabeça e, com isso, não sabe do que você está tratando. É a você que cabe dizer tudo.

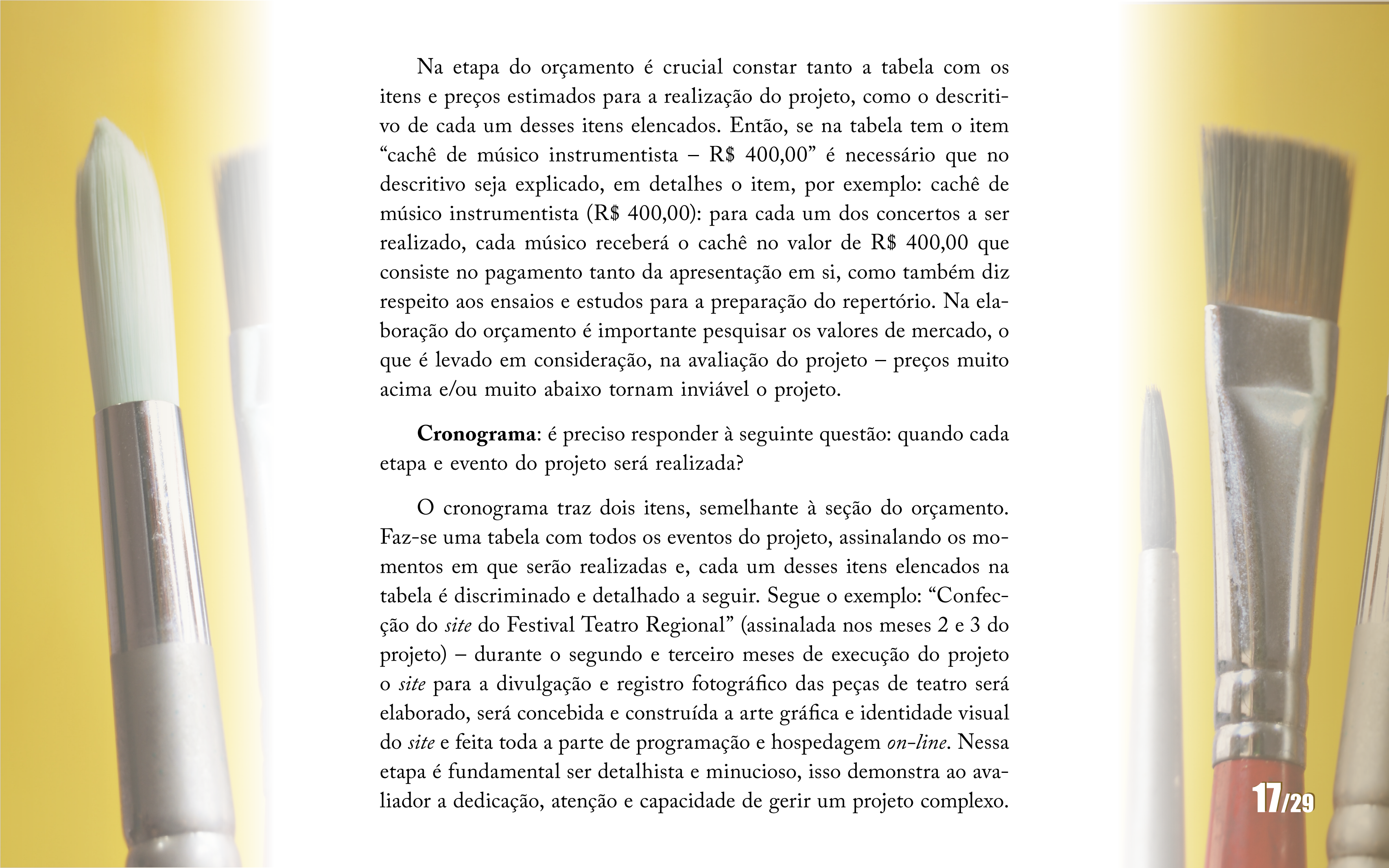
Justificativa: aqui defende-se a razão de ser do projeto, mostrando com argumentos a utilidade, aplicação e importância. Em outras palavras, responde-se à seguinte questão: por que o projeto é necessário?

Cumpre lembrar que tanto no caso das renúncias fiscais como no financiamento direto via edital, o dinheiro empregado em seu projeto é público – esse capital poderia ser aplicado em saúde, educação ou segurança pública e você precisa demonstrar o porquê da necessidade dele, sobretudo do ponto de vista do impacto social/simbólico/cultural. Por isso, projetos que visam executar atividades em ramos artísticos pouco expressivos na localidade ou que oferecem atividades culturais para comunidades isoladas ou com pouco acesso, tendem a ter maior chance de pontuar no item das justificativas. Mas não basta desejar ter impacto social, aqui é preciso ter bons argumentos e defender as ideias.

The background of the slide features a collection of paintbrushes. On the left, there is a large, light-colored brush with a silver ferrule. In the center, a smaller, white brush is visible. On the right, a larger brush with a red handle and a silver ferrule is prominent. The brushes are set against a bright yellow background.

Contrapartida: cada edital ou lei específica determina normas e exigências mínimas de contrapartida. Tais normas vão desde preços módicos ou gratuidade para acesso aos espetáculos, doação para um determinado órgão público de parte do percentual da tiragem de livros, revistas, CDs, até a presença do proponente em feiras, encontros, oficinas organizadas pelo órgão responsável pelo edital. Importante é ler com atenção o edital e ver o que especificamente se aplica ao caso da proposta (se terá espetáculos, se será uma publicação de livros, etc.). Além das exigências básicas, os editais também solicitam um plano de atividades de contrapartida. Listo aqui alguns exemplos: desenvolvimento de atividades em locais em que a população tem dificuldade de acesso àquele tipo de ação; oferecer transporte gratuito para determinados públicos para comparecerem aos eventos; promover acesso à pessoas com necessidades especiais, jovens em situações de vulnerabilidade, idosos e deficientes físicos; disponibilizar na internet registros das obras realizadas; realizar gratuitamente atividades paralelas ao projeto (como oficinas, palestras, minicursos).

Orçamento: é detalha a planilha orçamentária. É necessário responder: quanto custa cada item e etapa do projeto?



Na etapa do orçamento é crucial constar tanto a tabela com os itens e preços estimados para a realização do projeto, como o descritivo de cada um desses itens elencados. Então, se na tabela tem o item “cachê de músico instrumentista – R\$ 400,00” é necessário que no descritivo seja explicado, em detalhes o item, por exemplo: cachê de músico instrumentista (R\$ 400,00): para cada um dos concertos a ser realizado, cada músico receberá o cachê no valor de R\$ 400,00 que consiste no pagamento tanto da apresentação em si, como também diz respeito aos ensaios e estudos para a preparação do repertório. Na elaboração do orçamento é importante pesquisar os valores de mercado, o que é levado em consideração, na avaliação do projeto – preços muito acima e/ou muito abaixo tornam inviável o projeto.

Cronograma: é preciso responder à seguinte questão: quando cada etapa e evento do projeto será realizada?

O cronograma traz dois itens, semelhante à seção do orçamento. Faz-se uma tabela com todos os eventos do projeto, assinalando os momentos em que serão realizadas e, cada um desses itens elencados na tabela é discriminado e detalhado a seguir. Segue o exemplo: “Confecção do *site* do Festival Teatro Regional” (assinalada nos meses 2 e 3 do projeto) – durante o segundo e terceiro meses de execução do projeto o *site* para a divulgação e registro fotográfico das peças de teatro será elaborado, será concebida e construída a arte gráfica e identidade visual do *site* e feita toda a parte de programação e hospedagem *on-line*. Nessa etapa é fundamental ser detalhista e minucioso, isso demonstra ao avaliador a dedicação, atenção e capacidade de gerir um projeto complexo.

2. Artigo Científico

No segundo capítulo o foco de atenção é a redação de artigo científico. Não se trata de discutir a pesquisa em si, nem mesmo seus processos metodológicos de aplicação e/ou técnicas de fichamento e organização do trabalho de pesquisa. O objetivo aqui é abordar a escritura do artigo, o relato da pesquisa ou parte dela. De modo que é importante não confundir o artigo (ou o TCC, a dissertação, a tese) com a pesquisa, pois a pesquisa abarca uma série de pormenores, de detalhes, de leituras descartadas, de dados desviados que não aparecerão nas publicações. É importante revelar, no artigo, aquilo da pesquisa que é essencial e conclusivo, ainda que em parte ou em desenvolvimento.

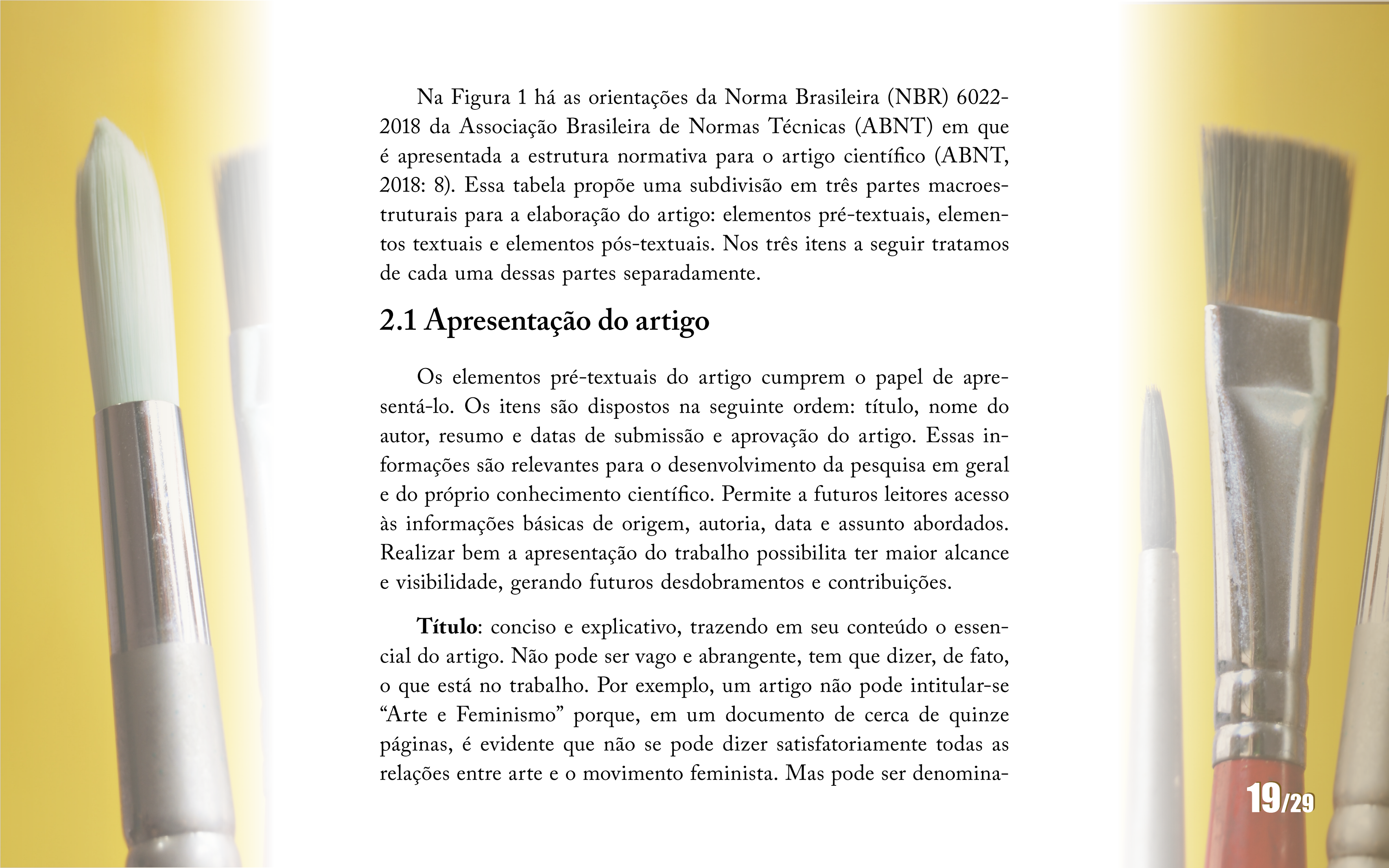
Figura 1 – Estrutura do artigo científico

Esquema 1 – Elementos estruturais de um artigo

Elementos pré-textuais	- Título no idioma do documento (obrigatório)
	- Título em outro idioma (opcional)
	- Autor (obrigatório)
	- Resumo no idioma do documento (obrigatório)
	- Resumo em outro idioma (opcional)
	- Datas de submissão e aprovação do artigo (obrigatório)
	- Identificação e disponibilidade (opcional)
Elementos textuais	- Introdução (obrigatório)
	- Desenvolvimento (obrigatório)
	- Considerações finais (obrigatório)
Elementos pós-textuais	- Referências (obrigatório)
	- Glossário (opcional)
	- Apêndice (opcional)
	- Anexo (opcional)
	- Agradecimentos (opcional)

NOTA A nomenclatura dos títulos dos elementos textuais fica a critério do autor.

Fonte: NBR 6022-2018.

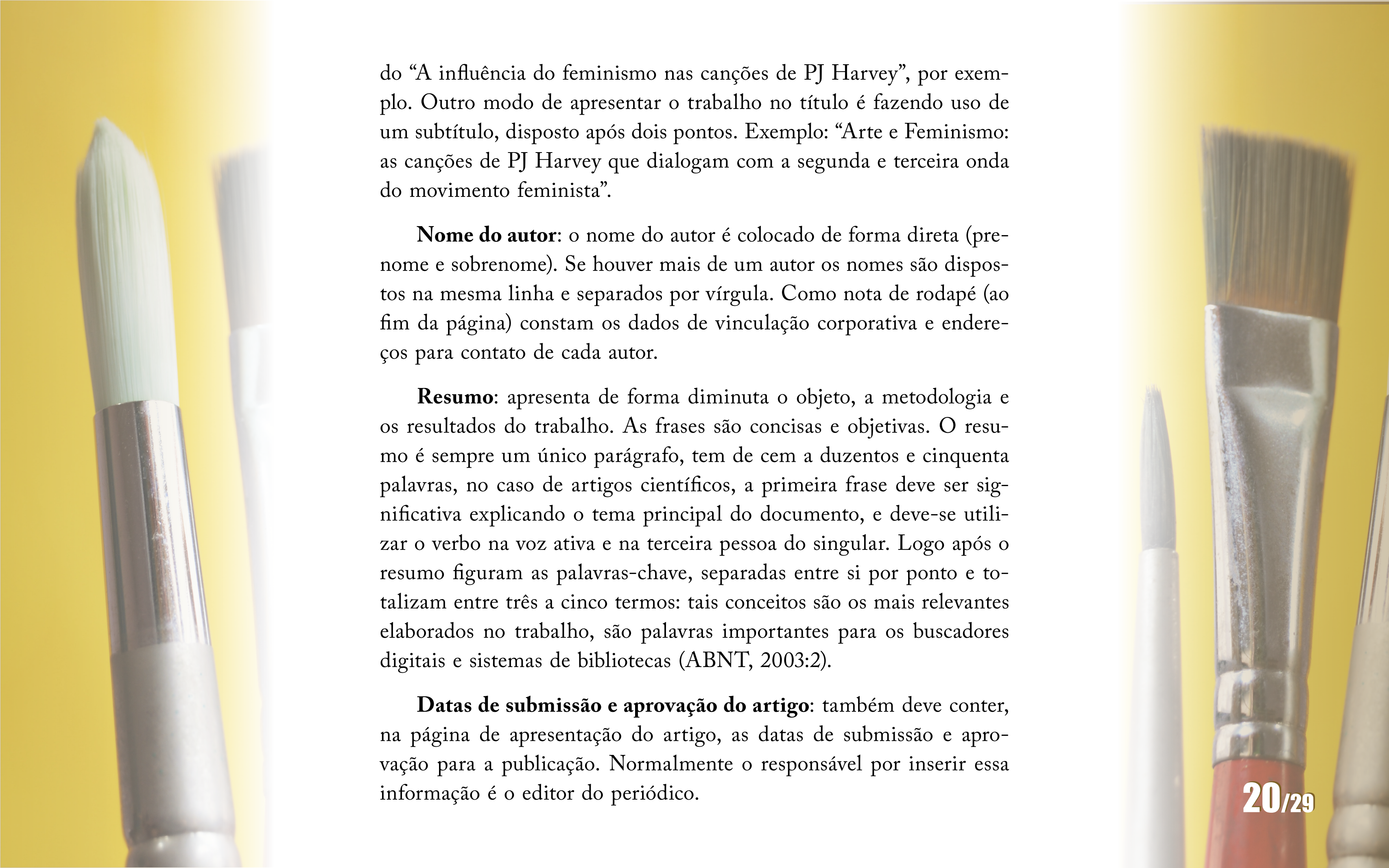


Na Figura 1 há as orientações da Norma Brasileira (NBR) 6022-2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em que é apresentada a estrutura normativa para o artigo científico (ABNT, 2018: 8). Essa tabela propõe uma subdivisão em três partes macroestruturais para a elaboração do artigo: elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais. Nos três itens a seguir tratamos de cada uma dessas partes separadamente.

2.1 Apresentação do artigo

Os elementos pré-textuais do artigo cumprem o papel de apresentá-lo. Os itens são dispostos na seguinte ordem: título, nome do autor, resumo e datas de submissão e aprovação do artigo. Essas informações são relevantes para o desenvolvimento da pesquisa em geral e do próprio conhecimento científico. Permite a futuros leitores acesso às informações básicas de origem, autoria, data e assunto abordados. Realizar bem a apresentação do trabalho possibilita ter maior alcance e visibilidade, gerando futuros desdobramentos e contribuições.

Título: conciso e explicativo, trazendo em seu conteúdo o essencial do artigo. Não pode ser vago e abrangente, tem que dizer, de fato, o que está no trabalho. Por exemplo, um artigo não pode intitular-se “Arte e Feminismo” porque, em um documento de cerca de quinze páginas, é evidente que não se pode dizer satisfatoriamente todas as relações entre arte e o movimento feminista. Mas pode ser denomina-

The background of the page features a vertical arrangement of several paintbrushes. On the left, a brush with a light-colored handle and a white, pointed tip is visible. In the center, a brush with a white handle and a white, rounded tip is partially obscured. On the right, a brush with a silver ferrule and a red handle is prominent, with its bristles pointing upwards. The background is a solid, bright yellow color.

do “A influência do feminismo nas canções de PJ Harvey”, por exemplo. Outro modo de apresentar o trabalho no título é fazendo uso de um subtítulo, disposto após dois pontos. Exemplo: “Arte e Feminismo: as canções de PJ Harvey que dialogam com a segunda e terceira onda do movimento feminista”.

Nome do autor: o nome do autor é colocado de forma direta (pre-nome e sobrenome). Se houver mais de um autor os nomes são dispostos na mesma linha e separados por vírgula. Como nota de rodapé (ao fim da página) constam os dados de vinculação corporativa e endereços para contato de cada autor.

Resumo: apresenta de forma diminuta o objeto, a metodologia e os resultados do trabalho. As frases são concisas e objetivas. O resumo é sempre um único parágrafo, tem de cem a duzentos e cinquenta palavras, no caso de artigos científicos, a primeira frase deve ser significativa explicando o tema principal do documento, e deve-se utilizar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. Logo após o resumo figuram as palavras-chave, separadas entre si por ponto e totalizam entre três a cinco termos: tais conceitos são os mais relevantes elaborados no trabalho, são palavras importantes para os buscadores digitais e sistemas de bibliotecas (ABNT, 2003:2).

Datas de submissão e aprovação do artigo: também deve conter, na página de apresentação do artigo, as datas de submissão e aprovação para a publicação. Normalmente o responsável por inserir essa informação é o editor do periódico.

2.2 Método e desenvolvimento

Os elementos textuais do artigo apresentam, detidamente, o método e o desenvolvimento do processo de pesquisa. Esses elementos são subdivididos em três etapas: introdução, desenvolvimento e considerações finais. É livre ao autor subdividir as seções e dar subtítulos aos itens, ou mesmo optar por um texto contínuo da introdução às considerações finais.

Introdução: de fato, a parte inicial do trabalho. Aqui o autor delimita, com clareza, o escopo do trabalho, dizendo em que campo, em quais circunstâncias e até onde se aplica essa abordagem. Também é na introdução que se apresentam os objetivos gerais e específicos do artigo, respondendo o que é o trabalho. E, por fim, aparece, já na introdução, o referencial teórico que norteia a pesquisa.

Desenvolvimento: é o trecho principal do artigo, em que consta a exposição pormenorizada e ordenada do assunto do trabalho. No desenvolvimento há maior detalhe e diálogo com o referencial teórico, estabelecimento do estado da arte no assunto, apresentação da metodologia aplicada, descrição das etapas de aplicação experimental e discriminação dos dados obtidos, a partir do método (ABNT, 2003:2).

Considerações finais: seção final do trabalho em que se conclui a pesquisa, diante dos resultados obtidos. Aqui é fundamental retornar aos objetivos explicitados na introdução. É importante dar respostas a todos os objetivos gerais e específicos, bem como às hipóteses geradas no trabalho (ainda que respostas negativas). Também nas considerações finais o autor aponta para futuros desdobramentos da pesquisa e sugerir abordagens que lhe apareçam no horizonte do assunto trabalhado.

2.3 Referências

Na seção final do artigo aparece, obrigatoriamente, a listagem das referências bibliográficas. As formatações para elaboração da lista estão explicitadas na NBR 6023/18. É importante, sempre que houver dúvida, consultar essa norma, sobretudo no caso de referenciar documentos não usuais como *sites*, CDs, vídeos da *internet*, etc. Cumpre ressaltar que na listagem a ser posicionada ao fim do artigo aparecem somente os materiais que foram citados (corpo do texto, com recuo ou parafraseados) no trabalho.

Outros itens podem ser colocados no espaço pós-textual: glossário, apêndice, anexo e agradecimentos. O pesquisador, diante das necessidades que a pesquisa exige, usa alguns desses itens para dar maior clareza à publicação. O glossário é utilizado quando, no corpo do trabalho há terminologias que requerem maiores explicações. Os apêndices e os anexos são documentos (tabelas de dados, contagens, documentos cartoriais, fotografias, gráficos, partituras, etc.) que são importantes para o entendimento da pesquisa: a diferença entre eles é que os apêndices são documentos gerados pelo autor e os anexos são documentos gerados por terceiros (ABNT, 2011:9). Os agradecimentos devem ser o último elemento pós-textual e necessariamente sucintos: normalmente remetem a órgãos financiadores da pesquisa ou a parceiros pesquisadores que contribuíram ao trabalho.

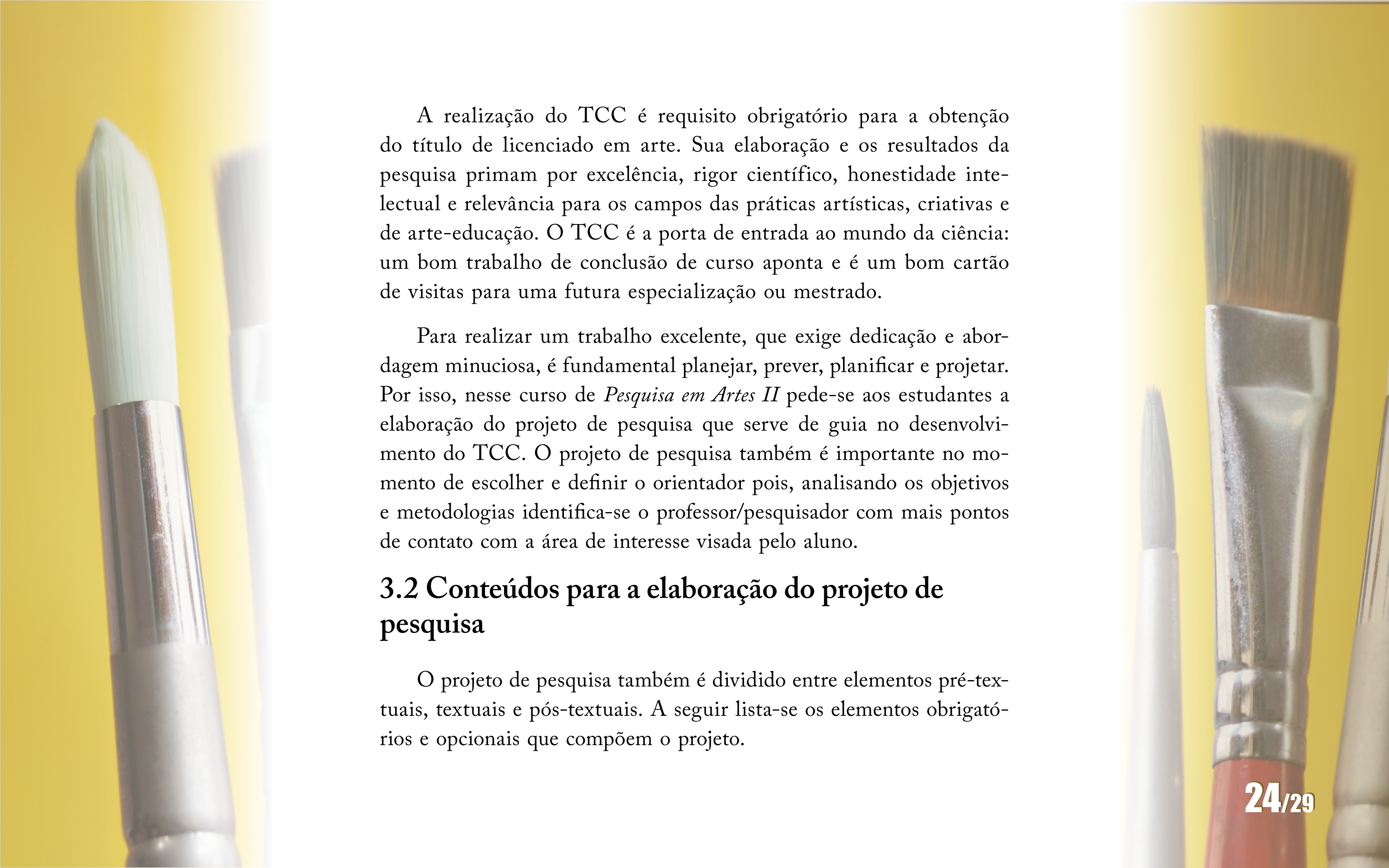
3. Projeto de pesquisa

Esse capítulo trata do processo de elaboração de projeto de pesquisa. De certo modo há um pouco dos dois capítulos precedentes nesse, pois aqui também a atenção volta-se à elaboração de um projeto prevendo atividades futuras para alcançar o objetivo traçado, semelhante ao que foi feito na etapa do projeto artístico. Há o mesmo rigor científico que o usad na escritura do artigo acadêmico. Por isso, vários dos conceitos e práticas abordados nos trechos anteriores mantêm no horizonte para potencializar a realização intelectual.

Os fundamentos dessa etapa são o *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – do Curso de Licenciatura em Arte da UNICENTRO* (2019) e a *ABNT NBR 15287 – Projeto de pesquisa* (2011). Em toda prática acadêmica é recomendável estar sempre atento às normas da ABNT e aos regulamentos específicos da instituição (congresso, colóquio, periódico) em que se publicam os trabalhos.

3.1 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

O Regulamento do TCC em vigor para o Curso de Licenciatura em Arte da UNICENTRO estabelece que o estudante compromete-se a realizar duzentas horas de práticas de pesquisa, sob orientação de pesquisador do corpo docente (ou convidado) e que essa atividade culmine em um artigo acadêmico a ser publicamente exposto.



A realização do TCC é requisito obrigatório para a obtenção do título de licenciado em arte. Sua elaboração e os resultados da pesquisa primam por excelência, rigor científico, honestidade intelectual e relevância para os campos das práticas artísticas, criativas e de arte-educação. O TCC é a porta de entrada ao mundo da ciência: um bom trabalho de conclusão de curso aponta e é um bom cartão de visitas para uma futura especialização ou mestrado.

Para realizar um trabalho excelente, que exige dedicação e abordagem minuciosa, é fundamental planejar, prever, planificar e projetar. Por isso, nesse curso de *Pesquisa em Artes II* pede-se aos estudantes a elaboração do projeto de pesquisa que serve de guia no desenvolvimento do TCC. O projeto de pesquisa também é importante no momento de escolher e definir o orientador pois, analisando os objetivos e metodologias identifica-se o professor/pesquisador com mais pontos de contato com a área de interesse visada pelo aluno.

3.2 Conteúdos para a elaboração do projeto de pesquisa

O projeto de pesquisa também é dividido entre elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. A seguir lista-se os elementos obrigatórios e opcionais que compõem o projeto.

Pré-textuais

- Folha de rosto

Nome(s) do(s) autor(es);

Título;

Subtítulo (se houver);

Tipo de projeto de pesquisa e a entidade em que se pleiteia realizar a pesquisa: no caso, Projeto de Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso – DEART UNICENTRO;

Cidade da entidade em que se apresenta o projeto;

Ano de depósito.

- Após a folha de rosto:

Lista de tabelas (opcional);

Lista de siglas e abreviaturas (opcional);

Lista de símbolos (opcional);

Sumário: elemento obrigatório, estruturado de acordo com a ABNT NBR 6027.

Elementos textuais

- Introdução

Delimitação do tema do projeto, problema a ser abordado, hipótese(s) proposta, objetivos a serem atingidos e justificativas para a realização do trabalho.

- Desenvolvimento

Indicação do referencial teórico, metodologia adotada, recursos de pesquisa utilizados e cronograma das atividades como tabela e descritivo do passo a passo.

Elementos pós-textuais

- Referências: item obrigatório, em conformidade com a ABNT NBR 6023/18;
- Glossário (opcional);
- Apêndice (opcional);
- Anexo (opcional);
- Índice (opcional).

Em relação a detalhes da formatação como tamanho e tipo de fonte, espaçamento, alinhamento, citação no corpo do texto, margens, entre outras, consultar a *ABNT NBR 15287* (2011) que especifica cada item.

The background of the slide features a collection of artistic tools, including brushes and pens, arranged vertically. The tools are set against a bright yellow background that has a soft, radial light effect emanating from the center. The brushes have various bristle shapes and colors, and the pens are white with silver accents. The overall aesthetic is clean and professional, suggesting a focus on creative and academic work.

Considerações finais

Com essas contribuições, espera-se ajudar o estudante no percurso no campo da pesquisa acadêmica. A área artística ainda dá os primeiros passos na esfera do conhecimento científico e compete aos professores e alunos da área primar pela excelência do desenvolvimento dos estudos. Por isso reitera-se ser de suma importância a necessidade de produzir um trabalho claro, coerente, rigoroso e honesto. A ciência se desenvolve de forma social e colaborativa e é responsabilidade de todos fiscalizar e aprimorar esse campo do saber humano.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6022/18**. Informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023/18**. Informação e documentação: referências: apresentação. ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024/12**. Informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028/03**. Informação e documentação: resumo: apresentação. ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15287/11**. Informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724/11**. Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. ABNT, 2011.

BRASIL. Lei n. 8.813, de 23 de dezembro de 1991. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 1991.

BRASIL, Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2010.

INSTITUTO ALVORADA BRASIL. **Projetos Culturais**: como elaborar, executar e prestar contas. Brasília: IAB, SEBRAE Nacional, 2014.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia analítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Controladoria Geral da União**: Fundo Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/orgaos/34902-fundo-nacional-de-cultura>. Acesso em: 28 jun. 2019.

UNICENTRO. Departamento de Arte. **Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – do Curso de Licenciatura em Arte da UNICENTRO**. Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. 2019.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ
UNICENTRO**

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB**

Prof. Ms^a. Eglecy Lippman
Coordenador Geral Curso

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenadora Geral NEAD / Coordenadora Administrativa do Curso

Prof. Ms. Felipe Rodrigo Caldas
Coordenador de Tutoria

Prof.^a Ms^a. Marta Clediane Rodrigues Anciutti
Coordenadora de Programas e Projetos / Coordenadora Pedagógica

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

Miguel Á. Padriñán / Pexels
Elementos gráficos